



# Psicanálise e perspectivas feministas materialistas

Psychoanalysis and materialist feminism perspectives

*Augusta Zana<sup>1</sup>*

## RESUMO

Perspectivas feministas materialistas possibilitam situar a categoria “mulheres” na dinâmica de relações sociais múltiplas e imbricadas. Na contração à sua definição como essência identitária, mobilizam interrogações à psicanálise a partir de articulações entre materialidade e discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Perspectivas Feministas Materialistas. Psicanálise. Mulheres. Identidade. Relações Sociais de Sexo.

## ABSTRACT

Materialist feminism perspectives make it possible to place the category “women” in the dynamics of multiple and imbricated social relations. In opposition to its definition as identity essence, they mobilize questions to psychoanalysis based on articulations between materiality and discourse.

**KEYWORDS:** Materialist Feminism Perspectives. Psychoanalysis. Women. Identity. Social Relations of Sex.

\* \* \*

## Introdução

As interlocuções entre psicanálise e feminismos têm se produzido há tempos e vêm ganhando cada vez mais espaço. Nos dias de hoje, leituras produzidas por psicanalistas interrogam movimentos como os feminismos a partir da problematização da categoria “identidade”, em um contexto de organização do campo político das demandas por direitos em torno dessa categoria<sup>2</sup>. Nessa perspectiva, são frequentemente mobilizadas por psicanalistas

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie pela Université de Paris, UFR Institut Humanités, Sciences et Sociétés (IHSS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – campus Nilópolis. Pesquisadora associada ao CRPMS – Université de Paris.

<sup>2</sup> Vale destacar a especificidade dessa configuração, que adquire centralidade a partir do final do século XX. As “políticas identitárias” (*identity politics*), como destaca Zaretsky (1994), constituem uma nova forma de luta política que tem suas origens nos Estados Unidos nos anos 1960, embora tenham sido assim denominadas mais recentemente. Nessa configuração, grupos socioculturais são vistos

as formulações de Judith Butler<sup>3</sup> a partir de “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (1990/2013).

Foi a partir de interlocuções com Butler que se produziu meu percurso de pesquisa de mestrado<sup>4</sup> em Teoria Psicanalítica. A perspectiva de “subversão da identidade” estava no cerne das reflexões desenvolvidas naquele momento e também fundamentaram o projeto de pesquisa inicial de doutorado<sup>5</sup>. Ao longo do doutorado, no entanto, problematizações se produziram e me conduziram ao estudo de perspectivas feministas materialistas que se desenvolveram na França a partir da década de 1970<sup>6</sup>. Tais perspectivas foram, então, mobilizadoras para o trabalho de pesquisa.

Este artigo parte de uma retomada dessas reflexões para discutir incidências que perspectivas feministas materialistas produziram no trabalho de pesquisa inscrito na psicanálise. Mais adiante serão apresentadas correntes que emergiram no contexto francês, nos anos 1970, mas, neste momento inicial, é importante pontuar que, como destaca Falquet (2014), a corrente feminista materialista ainda é pouco conhecida. Segundo seus termos:

Tristemente, as pensadoras francesas mais conhecidas, ainda bem que elas não se reivindicaram como feministas, são as diferencialistas-essencialistas que acreditam que existe tal diferença natural dos sexos, como Irigaray, Cixous e Kristeva. O pensamento materialista e antinaturalista de Mathieu, Wittig, Guillaumin, Delphy, entre outras, não é muito conhecido ainda, apesar de suas contribuições para a análise das raízes da opressão das mulheres. (FALQUET, 2014, p. 250-1)

---

como portadores de identidades diferentes, reivindicando o reconhecimento de suas especificidades para que seus direitos sejam assegurados, como afirma Fraser (2006).

<sup>3</sup> Filósofa norte-americana, professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Berkeley, uma das expoentes da teoria *queer*. O termo significa “estranho” e, tendo sido utilizado como insulto contra pessoas dissidentes das normas de gênero, foi apropriado para a criação do movimento político *queer* (BERENI, CHAUVIN, JAUNAIT, & REVILLARD, 2012).

<sup>4</sup> ZANA, A. R. O. *Identidade e diferença na relação com a alteridade*. Dissertação de Mestrado (Teoria Psicanalítica). Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2013

<sup>5</sup> ZANA, A. R. O. *Identidades e posições nas relações sociais em perspectivas feministas: Interrogações à psicanálise a partir de articulações entre materialidade e discurso*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Université de Paris, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica / École Doctorale Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie, 2020.

<sup>6</sup> Lembrando que existem outras vertentes que se fundamentam como materialistas, vale destacar que trabalhamos com a abordagem que emergiu na França nos anos 1970. É a essa abordagem que nos referimos quando mencionamos “perspectivas feministas materialistas” no âmbito deste artigo.

A partir dessa pontuação, é importante especificar que, no âmbito da psicanálise, a abordagem feminista materialista é muito pouco conhecida – tristemente, retomando as palavras de Jules Falquet. Tendo sido colocada em cena em meu percurso de doutorado, essa perspectiva produziu contribuições fundamentais no sentido de lançar interrogações à psicanálise.

Considerando que o “conhecimento é sempre socialmente situado”<sup>7</sup>, como afirma Harding (2004, p. 7, tradução nossa), é importante situar a trajetória de pesquisa, destacando perspectivas teóricas e questões a partir das quais o trabalho se produziu. O trabalho teórico-conceitual com diferentes campos do conhecimento coloca dificuldades – uma vez que partem de conceitos distintos<sup>8</sup> –, mas também abre possibilidades. Lembrando sempre da importância de buscar estabelecer paralelos, mas também de atentar para eixos de descontinuidade, foi a partir da aposta nas potencialidades dessas interlocuções que se produziu meu trabalho de doutorado.

## 1 Psicanálise, teoria *queer* e “subversão da identidade”

A questão das identidades mobilizou meu trabalho de pesquisa de mestrado em Teoria Psicanalítica, a partir de uma interlocução com formulações de Butler (1990/2013) ao problematizar a existência de um sexo biológico e um gênero culturalmente constituído. Destacando a operação de critérios de inteligibilidade<sup>9</sup> na produção de identidades, a autora sustenta que coerência e continuidade não são características lógicas da personalidade, mas normas de inteligibilidade socialmente instituídas. Ao enfatizar a performatividade<sup>10</sup>, Butler (1990/2013) destaca a repetição pela qual o sujeito seria compelido a repetir as normas pelas quais é produzido.

<sup>7</sup> “Knowledge is always socially situated” (HARDING, 2004, p. 7)

<sup>8</sup> Ao longo do artigo, aparecerão conceitos específicos de cada abordagem, mas cabe destacar desde já, por sua centralidade, o conceito de relação social de sexo (*rappports sociaux de sexe*) como específico da perspectiva feminista materialista. Em teorizações psicanalíticas fazem-se presentes concepções como “gênero” ou “relações de gênero”, que não são equivalentes ao conceito de *rappports sociaux de sexe*.

<sup>9</sup> Os gêneros “inteligíveis” são os que garantem coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

<sup>10</sup> Butler (2018) especifica que utiliza o termo fundamentada em formulações de J. L. Austin em “*How to do things with words*” e a partir de uma leitura de Derrida. O conceito de performatividade aponta

Nesse sentido, podemos compreender a perspectiva de subversão da identidade a partir da consideração de que normas de inteligibilidade socialmente instituídas evidenciam o caráter normativo de categorias identitárias. Nos termos da autora: “A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada” (BUTLER, 1990/2013, p. 213).

No âmbito da psicanálise, articulações estabelecidas com formulações butlerianas frequentemente recorrem à problematização da categoria “identidade”. É importante destacar que “identidade” não é um conceito da psicanálise, que dispõe, por sua vez, do conceito de “identificação”<sup>11</sup>. Morel (2008) sublinha que, para a psicanálise, o sujeito não se reduz às identificações que recobrem o vazio que o constitui. Na busca por cobrir a impossibilidade através da representação, produzem-se identificações (STAVRAKAKIS, 1999), por isso a impossibilidade da identidade e a centralidade da identificação: “Freud preferiu, ao termo identidade, o de identificação, que mostra o caráter secundário, ‘emprestado’ e muitas vezes frágil, das chamadas ‘identidades’ assumidas por um sujeito”<sup>12</sup> (MOREL, 2008, p. 34, tradução nossa).

Como afirma Saez (2004), as identidades de gênero seriam modelos imaginários propostos pela ordem social, em seus efeitos de produção de pontos de identificação na tentativa de tamponar o vazio que habita no inconsciente. É importante situar tal proposição a partir da formulação da sexualização<sup>13</sup>, tal como proposta por Lacan em sua leitura de Freud. Nessa perspectiva, como destaca Fink (1998), os sexos são definidos não um em relação

---

para proposições que fazem com que algo se realize ao serem pronunciadas. Esse efeito produtivo é destacado por Butler (2018) na definição de ato performático como o “que cria ou interpreta aquilo que nomeia, marcando assim o poder constitutivo ou produtivo do discurso” (p. 199).

<sup>11</sup> Para situar a concepção de identificação, é importante retomar que, na perspectiva adotada por Freud, o eu não é originário: “uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido” (FREUD, 1914/1996, p. 84). O conceito de identificação remete à constituição do eu a partir da alteridade, o que é explicitado por Lacan (1949/1998) a partir da formulação do estádio do espelho, compreendido como uma identificação, ou seja, “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (p. 97).

<sup>12</sup> “C’est pourquoi Freud a préféré au terme d’identité celui d’identification, qui montre le caractère secondaire, emprunté à autrui et souvent fragile des soi-disant ‘identités’ revêtues par un sujet” (MOREL, 2008, p. 34).

<sup>13</sup> No âmbito deste artigo, tais formulações serão apresentadas mas não detalhadas ou aprofundadas. Maiores desenvolvimentos podem ser encontrados nos trabalhos dos autores citados.

ao outro, mas a um terceiro elemento – a linguagem, a ordem simbólica<sup>14</sup>. Fundamental também destacar a diferenciação entre, por um lado, atributos culturalmente associados à masculinidade e feminilidade e, por outro, as posições estabelecidas pela sexuação. Por exemplo, ao tratar da inscrição como “mulher”, Lacan (1972-3/2008, p. 86) afirma que: “A todo ser falante, como se formula expressamente na teoria freudiana, é permitido, qualquer que ele seja, quer ele seja ou não provido dos atributos da masculinidade – atributos que restam a determinar – inscrever-se nesta parte”.

Recorrendo à diferenciação proposta por Lacan entre os registros do simbólico, imaginário e real<sup>15</sup>, a articulação das identidades de gênero ao registro do imaginário é fundamental para situar leituras de psicanalistas que fazem referência às formulações de Judith Butler – seja no sentido de criticar suas proposições ou no de buscar traçar aproximações e distanciamentos.

Tomemos o trabalho dos psicanalistas Cossi e Dunker (2017), ao pontuar que “o que Butler percebe com menos clareza é que há em Lacan, desde seu início, uma crítica dos excessos da experiência identidade” (COSSI & DUNKER, 2017, p. 4). Os autores recorrem a Drucilla Cornell para interro-

<sup>14</sup> Lacan (1972-3/2008), ao se referir ao termo “homem”, especifica: “quero dizer, aquele que se vê macho sem saber o que fazer disso, no que sendo ser falante” (p. 78). A definição “homens” refere-se à total determinação pela função fálica, enquanto “a mulher se define por uma posição que apontei como o não-todo no que se refere ao gozo fálico” (LACAN, 1972-3/2008, p. 14).

<sup>15</sup> É importante destacar que o registro do Real não corresponde àquilo que em nossa vida cotidiana entendemos como “realidade”, mas, ao contrário, ao campo do irrepresentável, ininteligível, o que chama a atenção para algo que permanece e que não pode ser simbolizado, que resiste a toda significação ou sentido. Como afirma Saez (2004), trata-se de um campo inacessível e irreduzível ao sentido, relacionado à pulsão, ao gozo, à repetição, ao sexo e à pulsão de morte. Já o imaginário, por sua vez, abarca a realidade na qual a ordem social produz efeitos de sentido e ideais com os quais seus membros se identificam conscientemente (SAEZ, 2004). Finalmente, a noção lacaniana de simbólico faz referência ao universo da linguagem que preexiste ao sujeito, como sintetiza Saez (2004): tal registro não corresponde a “um conjunto de regras de comportamento, nem normas sociais”, mas sim à “linguagem como tal” (SAEZ, 2004, p. 189, tradução nossa). Para situar os registros do simbólico e do imaginário, é importante destacar sua articulação a partir das concepções de “sujeito” e de “eu”. Como sintetizam Ruder e Brauer (2007, p. 516, grifos nossos), os termos “*Je*” e “*moi*” tratam da “estruturação de um *Je* como posição simbólica do *sujeito* simultaneamente ao aparecimento de um *moi* como construção *imaginária*”. O eu corresponde, nessa perspectiva, a uma espécie de “unificação imaginária”, tal como proposto no texto “O estádio do espelho como formador da função do eu”, em que Lacan (1949/1998) discute o processo de constituição do eu a partir do fenômeno pelo qual uma criança reconhece sua imagem no espelho. Já no que se refere ao sujeito, Lacan (2008 a, p. 203) define que “um significante é o que representa um sujeito para um outro significante”, de maneira que, como afirmam Baas e Zaloszyk (1996, p. 1), “o sujeito, na experiência analítica, não é de forma alguma prévio, mas suposto e assujeitado ao significante”.

gar a construção do que se compreende por “mulher”, afirmando que a psicanálise lacaniana vai “além das fantasias ou imagens associadas à mulher” (COSSI & DUNKER, 2017, p. 7). Segundo seus termos:

A mulher surge como uma categoria intrinsecamente crítica da lógica da identidade, como queria Butler. Ficamos então entre as múltiplas identificações em Butler e nenhuma identificação em Lacan. A mulher como gênero-categorico deve ser refutada. Mulher é uma construção normativa que promove a ilusão de uma identidade de que tanto Butler quanto Lacan denunciam a precariedade. (COSSI & DUNKER, 2017, p. 7)

Reconhecendo a existência de algo fundamental nessa leitura – que coloca em cena a divisão e o conflito –, tais proposições também produziam um desconforto para mim, embora inicialmente eu não conseguisse nomeá-lo. Chegar ao recorte de pesquisa passou por uma reflexão sobre a quem se endereçava o trabalho. Meu posicionamento foi no sentido de que o endereçamento seria aos psicanalistas, delimitação que passou por reconhecer o desconforto produzido em mim por trabalhos de psicanalistas que se endereçam a outros campos do saber, interrogando esses campos a partir da psicanálise. No final do já mencionado texto, os autores afirmam que:

Lacan pode ser útil ao feminismo porque seus aportes teóricos apontam para o reconhecimento das diferenças entre as mulheres, legitimando-as. Ele pode servir para rebater críticas feitas pelas próprias feministas a elas mesmas de que certas teorias se orientam na norma heterossexual, branca, classe média, tendo dificuldade de abarcar outros referentes, como raça, por exemplo, nas categorizações de mulher. (COSSI & DUNKER, 2017, p. 7)

A psicanálise “serviria” para “rebater” críticas feitas pelas feministas? Seria detentora de alguma verdade que “levaria” às feministas? Produziram-se, para mim, diversas questões, mas, no início do doutorado, seguia apostando na interlocução exclusiva com Butler. Os rumos se modificaram quando problematizações – que se produziram fora do campo da psicanálise<sup>16</sup> – tiveram o efeito de colocar um ponto de interrogação para determinadas

---

<sup>16</sup> O artigo “Déconstruction des identités. Du point final au point d’interrogation” (ZANA, 2020) aborda relações entre a pesquisa de doutorado e a atuação docente, situando como as interlocuções estabelecidas com estudantes, no âmbito de uma instituição pública na Baixada Fluminense, produziram o efeito de transformar em interrogação algo que se colocava inicialmente para mim como ponto final.

afirmações e de me conduzir a trabalhos de campos do conhecimento estrangeiros à psicanálise que problematizam a abordagem butleriana.

Observando uma equivalência entre materialidade e discurso nas análises de Butler, Hennessy (1994, p. 39, tradução nossa) propõe uma problematização: “ao explicar a materialidade exclusivamente em termos de práticas discursivas, Butler efetivamente reduz a materialidade do social à cultura”<sup>17</sup>. Para Hennessy (1994), instituições – como família, exército e escola – organizam-se com base em mais do que discursos; aspectos da vida material – como trabalho, saúde e seguridade social – devem ser levados em conta. Embora sejam discursivamente mediados, sua materialidade não é simplesmente discursiva<sup>18</sup>.

A partir de Hennessy (1994), foi possível situar a importância de que análises em termos de performance considerem as relações sociais que tornaram possível tal performance – o que chama a atenção para articulações entre materialidade e discurso. No contexto de minha pesquisa de doutorado, as questões lançadas por Hennessy (1994) a Judith Butler foram tomadas, então, como interrogações para interpelar formulações que, no âmbito da psicanálise, estabelecem interlocuções com Butler a partir de “Problemas de gênero” (1990/2013), em uma perspectiva de “subversão da identidade”.

<sup>17</sup> “[...] by explaining materiality so exclusively in terms of discursive practices, Butler effectively conflates the materiality of the social into culture.” (HENNESSY, 1994, p. 39)

<sup>18</sup> Sobre a crítica de que sua abordagem recairia em uma abstração da materialidade e de aspectos estruturais da realidade social, no texto “Meramente cultural” (“*Merely Cultural!*”), Judith Butler (1996/2017, p. 240, grifos da autora) retoma a posição feminista-socialista que, nos anos 1970 e 1980, “buscava estabelecer a esfera da reprodução sexual como parte das condições *materiais* da vida”. Para Butler (1996/2017), a esfera da reprodução colocaria o “gênero” dentro da economia política: a heterossexualidade normativa não poderia ser compreendida sem levar em conta o modo de produção que produz o mecanismo social de regulação. Por isso Butler (1996/2017) considera que, como a esfera econômica estaria ligada à reprodução da heterossexualidade, “seria um erro entender tais produções como ‘meramente culturais’ se elas são essenciais para o funcionamento da ordem sexual da economia política – isto é, se constituem uma ameaça fundamental à sua própria viabilidade” (p. 243). É importante destacar que, no texto “Meramente cultural”, Butler (1996/2017) afirma que, dentre aqueles com quem está dialogando, fará referência apenas a Nancy Fraser, justificando que embora encontre em suas formulações aspectos que a preocupam, acredita que entre elas pode haver uma interlocução produtiva. No mesmo volume da revista *Social Text* em que seu artigo foi originalmente publicado, aparece a réplica de Nancy Fraser (1997/2017) às críticas que Butler lhe endereça, intitulada “Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler” (“*Heterosexism, Misrecognition and Capitalism: A Response to Judith Butler*”). Para um maior detalhamento sobre esse debate entre Judith Butler e Nancy Fraser, sugere-se consultar, por exemplo, a seção “A materialidade da opressão em Judith Butler e Nancy Fraser” de nossa tese de doutorado (ZANA, 2020).

Retomando as proposições dos psicanalistas Cossi e Dunker (2017), eles sustentam uma “desidentificação”, postulando que “deve-se ir contra a proposta do fortalecimento da identidade feminina” (p. 7). Concordamos que a desessencialização é fundamental, uma vez que os conteúdos associados à categoria “mulheres” foram definidos nos termos daqueles que perpetuam a dominação, como lembra Downs (1993).

Coloca-se o dilema de que “nossa própria autodefinição se baseia em um conceito que devemos desconstruir e desessencializar em todos os seus aspectos”<sup>19</sup> (ALCOFF, 1988, p. 406, tradução nossa). Diante desse dilema, organizado em torno da questão “Existem mulheres?”, Alcoff (1988) destaca a resposta influenciada por teorias pós-estruturalistas francesas, entre as quais Foucault, Derrida e Lacan: “A resposta pós-estruturalista é responder não e atacar a categoria e o conceito de mulher através da problematização de subjetividade”<sup>20</sup> (ALCOFF, 1988, p. 407, tradução nossa).

Essa visão pode resultar no que Alcoff (1988) denomina “nominalismo”: a categoria “mulher” seria uma ficção e os esforços feministas deveriam buscar desconstruir essa ficção. Destacadas contribuições dessa perspectiva, Alcoff (1988) discute também os riscos, já que essa abordagem dificulta a contraposição à tendência dominante no pensamento intelectual ocidental, com sua insistência no universal, neutro, sem perspectiva: “uma posição nominalista sobre a subjetividade tem o efeito deletério de remover o gênero de nossa análise, de tornar o gênero invisível novamente”<sup>21</sup> (ALCOFF, 1988, p. 420, tradução nossa). A nosso ver, Downs (1993) sintetiza brilhantemente essa questão no título do trabalho “Se ‘mulher’ é apenas uma categoria sem conteúdo, por que tenho medo de andar sozinha à noite?”<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> “[...] our very self-definition is grounded in a concept that we must deconstruct and de-essentialize in all of its aspects” (ALCOFF, 1988, p. 406)

<sup>20</sup> The post-structuralist response is to answer no and attack the category and the concept of woman through problematizing subjectivity.” (ALCOFF, 1988, p. 407)

<sup>21</sup> “A nominalist position on subjectivity has the deleterious effect of de-gendering our analysis, of in effect making gender invisible once again.” (ALCOFF, 1988, p. 420)

<sup>22</sup> Importante destacar que o texto não se endereça à psicanálise, mas sim à via da desconstrução nas formulações de Joan Scott. Downs (1993) destaca que abordagens desconstrutivistas como a de Joan Scott evidenciam que supostos universalismos são produzidos por meio de exclusões. No entanto, chamando a atenção para o destaque conferido às representações nas perspectivas pós-modernas,

A importância de levar em conta a materialidade da opressão conduziu ao estudo de perspectivas feministas materialistas, e a tese de doutorado se construiu, então, a partir das incidências que tais perspectivas produziram e de como mobilizaram a interrogar a psicanálise. O trabalho se desenvolveu a partir de contribuições de autoras como Nicole-Claude Mathieu, Danièle Kergoat e Jules Falquet, que se inscrevem na abordagem feminista materialista que se produziu na França desde o final dos anos 1970.

## 2 A especificidade da identidade como vivência subjetiva

Se “mulher” não existe enquanto uma essência, não deixa de ser verdade uma vulnerabilidade diferenciada – o “medo de andar sozinha à noite”, como destaca Downs (1993). A importância da desessencialização e, ao mesmo tempo, a consideração de que “mulher” não é apenas “uma categoria sem conteúdo” me mobilizou a pensar possibilidades de trabalhar com a categoria “mulheres” em contraposição à noção de uma “identidade feminina”.

Com Nicole-Claude Mathieu (1991/2013), foi possível situar que a própria concepção de tal identidade, enquanto vivência psíquica do “ser mulher”, é localizada historicamente. A especificidade do modo como sociedades ocidentais concebem aquilo que seria da ordem de uma “identidade de gênero” – circunscrita a uma vivência psico-sociológica – fica evidente a partir de três modos de conceitualização das relações entre sexo e gênero.

Um primeiro modo de conceitualização é aquele comum nas sociedades ocidentais, denominado por Mathieu (1991/2013) “identidade sexual” (*l'identité “sexuelle”*), circunscrita à vivência psico-sociológica. Naturalista, fundamenta-se na adequação – bem como no assinalamento de inadequações – entre características pessoais psicossociais e biológicas. A autora sintetiza as características desse modelo: “O gênero traduz o sexo. Entre sexo e gêne-

---

Downs (1993) evidencia como a análise categoria “mulher”, pela via da desconstrução, situa a questão como um problema de linguagem e busca soluções linguísticas para dilemas tomados como construídos pelo discurso. Diferentemente, Downs (1993) considera que não se trata apenas de um problema de linguagem, de modo que o esforço de desestabilização de categorias é necessário, mas não suficiente.

ro, estabelece-se uma correspondência homológica, e a diferença entre os sexos é concebida como fundadora da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica”<sup>23</sup> (MATHIEU, 1991/2013, p. 214, tradução nossa).

A ideia de uma “identidade feminina” como vivência psíquica seria, então, característica desse primeiro modo de conceitualização. Essa concepção de uma experiência subjetiva articulada à identidade não faz sentido no segundo modo de conceitualização – “identidade sexuada” (*l’identité sexuée*) –, que marca o reconhecimento de uma ação feita pelo social dividindo a categoria do sexo (*du sexe*) em duas categorias sociais de sexo (*de sexe*). A consciência de grupo se sobrepõe ao sentimento pessoal, como explica a autora:

O sexo não é mais apenas vivido, como no Modo I, como um destino anatômico individual a ser seguido pela identidade de gênero conforme, mas o gênero é sentido como uma espécie de modo de vida coletivo. O gênero simboliza o sexo (e às vezes vice-versa). Entre sexo e gênero é estabelecida uma correspondência analógica.<sup>24</sup> (MATHIEU, 1991/2013, p. 220, tradução nossa).

Mathieu (1991/2013) aborda a instituição do casamento entre mulheres em certas sociedades africanas, sob o primado da função de procriação na ausência de um homem (falecido ou não existente). Uma mulher, como “marido fêmea” (*female husband*), casa-se com outra, que terá filhos com um homem – que não é visto como pai nem tem qualquer direito sobre a prole. A diferenciação de tarefas e funções sociais se estabelece de maneira que o “marido fêmea” tem as prerrogativas de um homem. Neste segundo modo, não se trata, então, de uma experiência subjetiva de “identidade sexual”.

Já no terceiro modo, a bipartição do gênero é vista como estrangeira a uma suposta “realidade” biológica, a partir da ideia de heterogeneidade entre sexo e gênero e de que “o gênero constrói o sexo”<sup>25</sup> (MATHIEU, 1991/2013, p. 235, tradução nossa). Essa perspectiva possibilita uma análise

<sup>23</sup> “Le genre traduit le sexe. Entre sexe et genre, est établie une correspondance homologique, La différence des sexes est conçue comme fondatrice de l’identité personnelle, de l’ordre social et de l’ordre symbolique.” (MATHIEU, 1991/2013, p. 214).

<sup>24</sup> “Le sexe n’est plus seulement vécu, comme dans le mode I, comme un destin individuel anatomique à suivre à travers l’identité de genre conforme, mais le genre est ressenti comme une sorte de mode de vie collectif. Le genre symbolise le sexe (et parfois inversement). Entre sexe et genre s’établit une correspondance analogique.” (MATHIEU, 1991/2013, p. 220)

<sup>25</sup> “[...] le genre construit le sexe” (MATHIEU, 1991/2013, p. 235)

materialista das relações sociais de sexo, colocando a ênfase nas relações sociais e no aspecto dinâmico, como explica Mathieu (1991/2013):

Às noções de “desigualdade” ou “hierarquia” entre os sexos ou “dominância” dos homens – noções estáticas – presentes nos modos I e II, são substituídas no modo III pelas de dominação, opressão e exploração – noções dinâmicas – de mulheres por homens. E precisamente a questão que se coloca é quem (ou melhor o que) são essas “mulheres” e esses “homens” que pareciam tão óbvios no modo I e tão flutuantes no modo II...<sup>26</sup> (MATHIEU, 1991/2013, p. 235, tradução nossa)

Para pensar a heterogeneidade entre sexo e gênero é fundamental situar que a própria concepção de “identidade de gênero” como vivência subjetiva corresponde a apenas um modo possível de conceituação, ou seja, é historicamente específica. Colocam-se, portanto, outras possibilidades, o que leva a considerar que podemos falar de homens e mulheres em termos de identidades, mas também em outros termos. A partir das contribuições de perspectivas feministas materialistas, a categoria “mulheres” foi trabalhada em minha tese de doutorado, porém não como categoria identitária.

Como destaca Falquet (2014), Butler tem razão em problematizar a ideia de uma construção do gênero a partir do sexo, mas uma perspectiva crítica a essa concepção do gênero construído a partir do sexo já estava presente nas perspectivas materialistas francesas dos anos 1970. Segundo seus termos:

Isso foi criticado nos anos 1990 por Judith Butler, com muita razão, quando ela afirmou que o gênero estava construído sobre uma base, na verdade, inexistente (falando que o gênero é apenas um discurso reiterado que não tem base real). Mas acho que as feministas materialistas, muitos anos antes, já anteciparam esse problema – melhor dizendo, tinham evitado a apropriação da lógica “do gênero social construído na base natural do sexo” para conceber, numa perspectiva puramente social, os *rappports sociaux de sexe* como o que cria as mulheres e os homens. (FALQUET, 2014, p. 250)

<sup>26</sup> “Aux notions d’« inégalité » ou de « hiérarchie » entre les sexes ou de « dominance » des hommes – notions statiques – présentes dans les modes I et II, se substituent dans le mode III celles de domination, d’oppression et d’exploitation – notions dynamiques – des femmes par les hommes. Et justement la question *est posée* de savoir qui (ou plutôt que) sont ces « femmes » et ces « hommes » qui semblaient si évidents dans le mode I et si fluctuants dans le mode II...” (MATHIEU, 1991/2013, p. 235)

### 3 “Mulheres” seria necessariamente uma categoria identitária?

Na França, na década de 1970, o questionamento de dimensões institucionais e pessoais do sistema social marcou o “*Mouvement de libération des femmes*” (MLF) ao ressaltar o aspecto político de questões consideradas “privadas”. O MLF se caracterizou por uma polarização entre feministas materialistas e feministas organizadas no grupo “*Psychanalyse et Politique*” (“*Psychépo*”) (BERENI, CHAUVIN, JAUNAIT, & REVILLARD, 2012).

No que se refere ao *Psychépo*, a perspectiva diferencialista se organiza em torno da psicanalista Antoinette Fouque, inspirada principalmente em Luce Irigaray (ROCHEFORT, 2018). A partir da valorização do feminino e da maternidade (BERENI, CHAUVIN, JAUNAIT, & REVILLARD, 2012), a corrente diferencialista rejeita o termo “feminismo” (ROCHEFORT, 2018). Já a abordagem feminista materialista, tendo como expoentes Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Monique Wittig, Monique Plaza, circunscreve a produção dialética das classes de mulheres e homens. Como explica Falquet (2016), essa análise é:

[...] centrada nas dimensões materiais e estruturais da situação social de mulheres e homens como indivíduos, mas principalmente como classes de sexo, situações vistas como dialeticamente produzidas uma pela outra, ou mais precisamente produzidas pelas relações sociais ... de sexo.<sup>27</sup> (FALQUET, 2016, p. 4, tradução nossa).

Inicialmente, é importante retomar a concepção de “relações sociais” (*rappports sociaux*), ressaltando a existência, no idioma francês, dos termos *relations sociales* e *rappports sociaux*, que fazem referência, respectivamente, aos níveis micro e macro, interindividuais e estruturais, como destaca Falquet (2016). Não existindo os correspondentes desses termos em português,

---

<sup>27</sup> “[...] une analyse centrée sur les dimensions matérielles et structurelles de la situation sociale des femmes et des hommes comme individus, mais surtout comme classes de sexe, situations vues comme dialectiquement produites l'une par l'autre, ou plus précisément produites par des rapports sociaux... de sexe.” (FALQUET, 2016, p. 4).

em nosso idioma a concepção de *relations sociales* se aproxima daquilo que denominamos “relações interpessoais” ou “intersubjetivas”.

No que se refere aos *rappports sociaux*, Kergoat (2010b) estabelece que: “Uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]<sup>28</sup>” (p. 94). Quando se fala em relação antagônica entre grupos sociais, não se considera que tais grupos estejam constituídos previamente, mas, ao contrário, a produção desses grupos é inscrita na dinâmica das relações sociais múltiplas e imbricadas.

A partir do conceito de *rappports sociaux*, podemos retomar a concordância de Falquet (2014) com Butler no que se refere à crítica à a teoria do sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975/2017), acrescentando uma precisão com relação a esse ponto. A autora chama a atenção para a dimensão material e estrutural, que não receberia ênfase na leitura butleriana: “as reflexões de Butler, que são antinaturalistas e se apoiam parcialmente em Wittig, são mais tardias e bem menos radicais que as análises materialistas francófonas, porque se situam num plano bem mais individual, interpessoal e interacionista” (FALQUET, 2014, p. 251). Essa diferenciação é importante porque, nos níveis micro, as possibilidades de negociação e transformação são mais fáceis do que no macro (*rappports sociaux*): “Um dos pontos fundamentais da abordagem materialista é, portanto, ser antinaturalista e distinguir claramente as relações interindividuais das relações sociais, estruturais e muito mais difíceis de ‘perturbar’, sobretudo individualmente”<sup>29</sup> (FALQUET, 2016, p. 5, tradução nossa).

Essa discussão é fundamental para situar o conceito de “relações sociais de sexo” (*rappports sociaux de sexe*), formulação que se inscreve em contribuições como as de Nicole-Claude Mathieu, ao sublinhar a importância de

<sup>28</sup> O termo em francês é “*enjeu*”, que poderia ser compreendido como “o que está em jogo”, no sentido de enfatizar relações de poder e de força características das tensões que acabam se cristalizando em torno de algo. Uma nota de rodapé, no texto de Kergoat (2009) traduzido para o português, destaca que “*enjeu*” refere-se a “o que está em jogo, em disputa, o desafio” (p. 71).

<sup>29</sup> “L’un des points fondamentaux de la démarche matérialiste, c’est donc d’être anti-naturaliste et de distinguer clairement les relations sociales (interindividuelles) des rapports sociaux, structurels et bien plus difficiles à « troubler », surtout individuellement.” (FALQUET, 2016, p. 5).

“se pensar as mulheres e os homens de forma relacional, dialética, ou seja, social, como classes de sexo” (FALQUET, 2014, p. 250) e de Colette Guillaumin, ao propor o conceito de “sexagem” para tratar das “relações sociais de apropriação individual e coletiva das mulheres como classe de sexo, pelos homens como classe de sexo” (FALQUET, 2014, p. 249).

Essa concepção não faz referência a um destino biológico, uma vez que os grupos são produzidos por tensão e antagonismo, em torno de uma questão (*enjeu*). A partir de uma análise no plano estrutural e coletivo, a definição de “mulheres” e “homens” parte da lógica de exploração do trabalho<sup>30</sup> de um grupo por outro: “as mulheres e os homens não são definidos numa base biológica, mas, sim, pela sua posição na organização do trabalho, especificamente na divisão sexual do trabalho” (FALQUET, 2014, p. 250).

Marcada pela presença predominante de mulheres na esfera reprodutiva e de homens na esfera produtiva e em funções de maior valor social, são princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67). Existe um processo de legitimação pela ideologia naturalista, ou seja, a organização do trabalho se apoia, de maneira arbitrária, em elementos corporais, tidos como símbolos de masculinidade ou feminilidade.

Nessa perspectiva, “a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu* das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p.71), ou seja, em torno dessa divisão constituem-se os grupos sociais homens e mulheres. Embora exista um processo de legitimação pela ideologia naturalista, é fundamental destacar que “essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica” (KERGOAT, 2009, p. 71).

Tendo conceituado as relações sociais de sexo, é importante retomar a interrogação lançada por Kergoat (2009): “É necessário centrar a reflexão

---

<sup>30</sup> O termo é compreendido em sentido amplo, incluindo o trabalho doméstico, compreendido não apenas como tarefas domésticas, mas o cuidado (corporal e afetivo) com os filhos, acompanhamento de sua escolarização, gestação dos filhos etc.

somente sobre as relações sociais de sexo ou, ao contrário, tentar pensar o conjunto das relações sociais em sua simultaneidade?” (p. 73). A autora recorre à concepção de “consustancialidade” para se referir à imbricação das relações sociais de sexo, de raça e de classe: “as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. É em conjunto que elas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: são *consustanciais*”<sup>31</sup> (KERGOAT, 2010a, p. 62, tradução nossa, grifos da autora). O conceito de “consustancialidade”, portanto, situa um “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010b, p. 100).

Essa imbricação é evidenciada por Falquet (2008) ao situar o “trabalho considerado feminino” e a atribuição às mulheres de funções articuladas ao trabalho doméstico e de cuidado, a partir da suposição do “amor maternal” como “natural”. No contexto de crise do Estado de Bem-Estar Social e de transferência de sobrecarga de trabalho para o setor privado e para a família, a classe dos homens transfere esse trabalho à das mulheres, as quais o transferem para outras pessoas, sobretudo mulheres imigrantes. Fazendo referência a Evelyn Nakano Glenn, que ressalta a destinação de determinadas categorias da população, como mulheres e negro(a)s, ao trabalho de cuidado (*care*) – algo que acontece nos Estados Unidos historicamente desde a escravização –, Falquet (2008) interroga “como o sexo, a ‘raça’ e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo” (p. 128).

Nessa perspectiva, portanto, trata-se de pensar como essas relações se organizam, em uma leitura que interroga a organização social, de maneira que se considera que homens e mulheres são “o produto – como indivíduos e

---

<sup>31</sup> “[...] les rapports sociaux sont multiples et aucun d’entre eux ne détermine la totalité du champ qu’il structure. C’est ensemble qu’ils tissent la trame de la société et impulsent sa dynamique : ils sont *consustantiaux*.” (KERGOAT, 2010, p. 62, grifos da autora)

como grupos – das relações sociais”<sup>32</sup> (FALQUET, 2016, p. 5, tradução nossa). Não se colocam “a perspectiva de papéis ou identidades no centro da análise”<sup>33</sup> (FALQUET, 2016, p. 5, tradução nossa), mas, ao contrário:

O cerne da análise é que existe uma organização do trabalho, uma divisão do trabalho que constitui a questão (*enjeu*) das relações sociais de sexo e é isso que a faz com que alguém seja gradualmente construído(a) e colocado(a) em uma posição de homem ou de mulher.<sup>34</sup> (FALQUET, 2016, p. 5, tradução nossa).

Retomando o que pontuamos anteriormente, no âmbito da psicanálise, quando Cossi e Dunker (2017, p. 7) afirmam a precariedade da construção normativa “Mulher”, que “promove a ilusão de uma identidade”, consideramos que caberia interrogar se “homem” não seria igualmente uma “construção normativa que promove a ilusão de uma identidade”. Colocamos essa interrogação a partir da concordância com o psicanalista Thamy Ayouch (2018, p. 124, tradução nossa) ao pontuar que a “desconstrução do fantasma da identidade [...] deve ser acompanhada de uma análise da maneira pela qual funciona, na postura enunciativa pretensamente neutra da psicanálise, uma identidade implícita”<sup>35</sup>.

Se a mobilização de tal categoria coloca problemas articulados aos riscos de essencialismo, não seria interessante pensar essa categoria a partir de uma perspectiva não identitária, ao invés de simplesmente “denunciar” sua “precariedade”? As contribuições de perspectivas feministas materialistas são fundamentais nesse sentido, por situarem homens e mulheres não como essências ou identidades; sua produção é situada em relações sociais múltiplas e imbricadas, sempre de maneira dinâmica e nunca acabada.

<sup>32</sup> “[...] hommes et femmes étaient le produit – en tant qu’individus et en tant que groupes – de rapports sociaux.” (FALQUET, 2016, p. 5)

<sup>33</sup> “[...] elles ne situent pas non plus la perspective des rôles ou des identités au cœur de l’analyse.” (FALQUET, 2016, p. 5)

<sup>34</sup> Le cœur de l’analyse, c’est qu’il existe une organisation du travail, une division du travail qui constitue l’enjeu des rapports sociaux de sexe et c’est cela qui fait qu’on est progressivement construit-e et placé-e dans une position d’homme ou de femme.” (FALQUET, 2016, p. 5)

<sup>35</sup> “Cette déconstruction du fantôme d’identité [...] doit être accompagnée d’une analyse de la manière dont fonctionne, dans la posture énonciative prétendument neutre de la psychanalyse, une identité implicite.” (AYOUC, 2018, p. 124).

Reconhecendo que “mulher” não existe como essência nem é possível definir algo “autenticamente feminino”, existem realidades de opressão sobre as quais é preciso falar. Concordando com a importância da desessencialização, Downs (1993) também aponta limitações da via desconstrucionista:

A resistência via desconstrução pode, portanto, dar-nos apenas metade de uma estratégia, uma que descentraliza a categoria mulher como construção textual e social, mas deixa de lado os dilemas de mulheres, que devem viver como sujeitos no tempo.<sup>36</sup> (p. 436, tradução nossa)

Considerando que tais problematizações são relevantes para interrogar trabalhos de psicanalistas que estabelecem interlocuções com Butler pela via unicamente da subversão da identidade, as contribuições de perspectivas feministas materialistas foram fundamentais em meu percurso de pesquisa, por possibilitar pensar articulações entre materialidade e discurso.

Como vimos, Kergoat (2010a) evidencia o naturalismo como ideologia da legitimação da divisão sexual do trabalho, de maneira que a materialidade se revela discursivamente mediada. Da mesma maneira, o discurso é materialmente mediado, mediação que se faz por meio de instituições e práticas sociais institucionalizadas. Kergoat (2009, p. 73) faz referência a Joan Scott para afirmar ser necessário “compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil etc.) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos num momento dado”. Ou seja, a linguagem não se faz na abstração dos discursos, e aqui Kergoat (2009) destaca instituições e legislações como elementos de mediação.

#### **4 Interrogando a psicanálise a partir de perspectivas feministas materialistas**

---

<sup>36</sup> “Resistance via deconstruction can therefore give us only half a strategy, one which de-centers woman as a textual and social construct, but leaves aside the dilemmas of women, who must live as subjects in time.” (DOWNS, 1993, p. 436).

Nos anos 1970, são marcantes as articulações entre psicanálise e a perspectiva diferencialista que se produziu no contexto francês e, no contexto contemporâneo, as formulações de Judith Butler têm se tornado, cada vez mais, referência para a psicanálise. Em contraste, não têm se produzido interlocuções da psicanálise com perspectivas feministas materialistas.

Em meu percurso de doutorado, o encontro com tais perspectivas também conduziu a outras leituras no âmbito da psicanálise. Inicialmente, tinha como referência psicanalistas, de orientação sobretudo lacaniana, que estabeleciam articulações com Butler. Nas transformações de percurso, foram mobilizadoras para o trabalho as formulações do psicanalista Jean Laplanche. Mais especificamente, a leitura que a psicanalista Pascale Molinier propõe a partir de suas contribuições foi orientadora para a pesquisa.

Laplanche (2014, p. 106, grifos do autor, tradução nossa) articula a atribuição de gênero à alteridade, situando o processo de “identificação por”: “não se trata de ‘se identificar a’, mas ‘ser identificado por’. Assim, o sujeito é *identificado* pela atribuição a um determinado gênero”<sup>37</sup>. Essa formulação evidencia a contraposição a abordagens ipsocentristas, ou seja, gênero não seria uma impregnação cerebral/hormonal, nem uma marca, nem um hábito. Laplanche (2014) propõe uma compreensão a partir da designação (*assignation*), que destaca o primado do outro no processo.

A designação não se refere a um processo pontual, mas a um “conjunto complexo de atos que se prolongam na linguagem e nos comportamentos significativos do entorno”<sup>38</sup> (LAPLANCHE, 2014, p. 167, tradução nossa). Ao realizar os cuidados da criança, o adulto transmite mensagens, marcadas por investimentos conscientes e fantasias sexuais inconscientes, ou seja, para Laplanche (2014), o inconsciente dos pais constitui o ruído que interfere e compromete tais mensagens. Como afirma Ayouch (2014, p. 67), os conteúdos de gênero tomam a forma de um enigma, já que o adulto envia men-

---

<sup>37</sup> “[...] elle n’est pas un ‘s’identifier à’ mais un ‘être identifié par’. Ainsi, le sujet *est identifié* par l’assignation à un certain genre” (LAPLANCHE, 2014, p. 106, grifos do autor).

<sup>38</sup> “L’assignation est un ensemble complexe d’actes qui se prolonge dans le langage et dans les comportements significatifs de l’entourage” (LAPLANCHE, 2014, p. 167).

sagens prescritivas sobre o que seria ser “homem” ou “mulher”, mas há sempre uma ambiguidade em tais mensagens, visto que “carregam tudo aquilo que o adulto pensa acerca das mulheres e dos homens, mas também todas as suas dúvidas, ambivalências, incertezas e conflitos inconscientes”.

Estabelece-se, então, um processo de “comunicação enigmática”, que é articulado por Laplanche à designação de gênero. A comunicação não acontece apenas por meio dos cuidados corporais, existe também a língua e o código social, assim como as “mensagens do *socius*” que “são principalmente mensagens de designação de gênero”<sup>39</sup> (LAPLANCHE, 2014, p. 170, tradução nossa). Como pontua Molinier (2008), essa “comunicação enigmática” desencadeia para a criança um trabalho psíquico na tentativa de compreender, de traduzir tais mensagens. Nunca será uma reprodução, porque há deformação, pelo lado do adulto, e há o trabalho de tradução pela criança. Como a comunicação é marcada por “ruídos”, a tradução deixa restos.

Esse resto não está descolado do que é transmitido, uma vez que a criança recorre aos códigos culturais na tentativa de tradução. Nesse sentido, consideramos que a psicanalista Pascale Molinier traz contribuições importantes, por adicionar “à teorização de gênero por Laplanche a ideia de uma hierarquia”<sup>40</sup>, como afirma Ayouch (2018, p. 144, tradução nossa). Molinier (2008, p. 163, tradução nossa) resgata as formulações de Laplanche para destacar que a atribuição de gênero não se refere apenas a “um masculino e um feminino não socialmente determinados”<sup>41</sup>, mas a uma inscrição em uma hierarquização. Como afirma a autora:

Assim, o performativo “É uma menina” não marca apenas a entrada no mundo de um indivíduo classificado na categoria mulher – como Jean Laplanche pensa – mas performa simultaneamente o lugar desse indivíduo na hierarquização de sexos. Se é o adulto genitalizado que implanta o sexual no

<sup>39</sup> “[...] il y a aussi les messages du *socius*: ces messages sont notamment des messages d’assignation du genre” (LAPLANCHE, 2014, p. 170).

<sup>40</sup> “[...] ajoutant ici à la théorisation du genre par Laplanche l’idée d’une hiérarchisation (infériorisation des filles)” (AYOUCH, 2018, p. 144).

<sup>41</sup> “[...] le genre ne signifie donc pas seulement une quelconque implantation psychique d’un masculin et d’un féminin non socialement déterminés” (MOLINIER, 2008, p. 163).

inconsciente da criança, esse mesmo adulto é igualmente engendrado (*engendered*)<sup>42</sup> (MOLINIER, 2008, p. 163, tradução nossa)

Ao ler as contribuições de Laplanche a partir da concepção de uma hierarquia, Molinier (2008) destaca lugares atribuídos – pelas fantasias parentais e pelas relações sociais (*rappports sociaux*) – dos quais não podemos facilmente “escapar”. A menina se defronta com o enigma de sua inferiorização enquanto enigma a traduzir e, como a tradução é imperfeita e deixa restos, coloca-se a falha, o imprevisto.

No entanto, como vimos, esse resto não está descolado daquilo que é transmitido. Assim, a partir das contribuições de Laplanche e da leitura proposta por Molinier, podemos pensar em outros “restos de tradução” a partir de mudanças no campo das normas, das representações e da materialidade que caracteriza um contexto específico. Porém, isso se produz de modo completamente imprevisível, nunca será uma reprodução.

É importante destacar que a abordagem sustentada por Molinier se coloca não como a única, mas como uma dentre diversas possibilidades de leitura das proposições de Laplanche. Vale situar a importância da categoria trabalho na leitura de Molinier (2008, p. 173, tradução nossa), ao afirmar que “o trabalho é pelo menos tão central quanto a sexualidade”<sup>43</sup>. Embora não esteja “na ordem do dia”, o “desaparecimento da divisão sexual do trabalho transformaria completamente a ideia que se faz de identidades de gênero, para todos os seres humanos e independentemente de suas sexualidades”<sup>44</sup> (MOLINIER, 2008, p. 174, tradução nossa).

A partir das contribuições de Molinier, é possível situar a importância de que nós, psicanalistas, consideremos a divisão sexual do trabalho e a materialidade da opressão, assim como destacam as feministas materialistas.

<sup>42</sup> “Ainsi le performatif « C’est une fille » ne salue pas seulement l’entrée dans le monde d’un individu classé dans la catégorie femme – comme le pense Jean Laplanche (2003) – mais performe simultanément la place de cet individu dans la hiérarchisation des sexes. Si c’est l’adulte génitalisé qui implante le sexuel dans l’inconscient de l’enfant, ce même adulte est également engendré (*engendered*)” (MOLINIER, 2008, p. 163).

<sup>43</sup> “[...] le travail est au moins aussi central que la sexualité” (MOLINIER, 2008, p. 173)

<sup>44</sup> “[...] la disparition de la division sexuelle du travail bouleverserait complètement l’idée que l’on se fait des identités de genre, pour tous les êtres humains et quelles que soient leurs sexualités. Cette disparition n’est pas à l’ordre du jour.” (MOLINIER, 2008, p. 174)

Uma das seções do texto de Molinier (2008) coloca o trabalho como “ponto cego da psicanálise”<sup>45</sup>, retomando a categoria de mulheres “intermediárias”<sup>46</sup> para problematizar a ideia de que seria a sexualidade que as definiria; ao contrário, Molinier (2008) destaca seu investimento em tarefas ou ocupações consideradas até então masculinas. Por isso, para a autora, essa categoria “polariza o conflito entre masculinidade e feminilidade no eixo da divisão sexual do trabalho”<sup>47</sup> (MOLINIER, 2008, p. 157, tradução nossa).

Quando nos interrogamos sobre as contribuições da psicanálise para as discussões apresentadas neste artigo, consideramos fundamental a proposição de Rose (2005) ao pontuar que, em contraposição a perspectivas que focalizam uma internalização de normas, a leitura psicanalítica chama a atenção para a falha. A operação dessas normas revela, ao mesmo tempo, sua falha, o que possibilita colocar em cena a divisão e o conflito, que situam a leitura da subjetivação em uma perspectiva psicanalítica.

Rose (2005) destaca as normas e sua falha, mas também é importante lembrar que Hennessy (1994) problematiza análises que explicam a materialidade exclusivamente em termos de práticas discursivas, situando que instituições e discursos normativos não são equivalentes. A partir da heterogeneidade entre sexo e gênero, é possível uma análise materialista das relações sociais de sexo, com ênfase em seu aspecto dinâmico (MATHIEU, 1991/2013), e a perspectiva proposta por Danièle Kergoat de imbricação das relações sociais possibilita situar a opressão a partir de uma dimensão estrutural caracterizada pela organização injusta e desigual do trabalho, com base na lógica de sexo, de raça e de classe. Kergoat também nos ajuda a pensar que a materialidade é discursivamente mediada assim como o discurso é materialmente mediado.

---

<sup>45</sup> “Le travail, un point aveugle de la psychanalyse” (MOLINIER, 2008, p. 156)

<sup>46</sup> Categoria proposta por Joan Riviere para conceituar mulheres que combinavam, por um lado, aparência e atividades – domésticas e sociais – associadas à feminilidade, e, por outro, sucesso em atividades profissionais tidas como masculinas (MOLINIER, 2008).

<sup>47</sup> “polarise le conflit entre masculinité et féminité sur l’axe de la division sexuelle du travail” (MOLINIER, 2008, p. 157).

Molinier (2008) destaca o deparar-se com o enigma de sua inferiorização enquanto enigma a traduzir, o que, a nosso ver, possibilita situar a categoria “mulheres” não a partir de atributos de uma suposta essência identitária, mas a partir do fazer a experiência dessa opressão. Essa leitura das formulações de Laplanche e de Molinier foi possível a partir das contribuições de perspectivas feministas materialistas, já que foi o encontro com tais perspectivas que possibilitou olhar para formulações psicanalíticas sem perder o foco da materialidade da opressão no contexto de relações hierárquicas e assimétricas entre os sexos, que se configuram como relações sociais de dominação, exploração e opressão. A (re)produção da opressão se dá nas relações sociais, na articulação entre materialidade e discurso, ao mesmo tempo em que existe algo que falha – sendo que a psicanálise chama a atenção para essa dimensão da falha, que se coloca a partir da divisão, do imprevisto, de uma tradução que deixa restos, como vimos com Laplanche.

Considerando a existência de realidades de opressão – que não correspondem a “capturas imaginárias” –, concordamos com Ayouch (2018) que “a abordagem psicanalítica não pode simplesmente afastar a questão das identidades minoritárias, referindo sua etiologia à fantasia”<sup>48</sup> (p. 124, tradução nossa). O esforço de articulação não constitui tarefa fácil, mas é fundamental para que nós, psicanalistas, possamos manter a atenção aos riscos de essencialismo e também, como aponta Alcoff (1988), de nominalismo. As perspectivas feministas materialistas colocam em cena aspectos importantes para a reflexão sobre nossas teorizações psicanalíticas ao situar outras possibilidades de conceituação para a categoria “mulheres”, não como essência identitária, mas a partir de lugares que circunscrevem vulnerabilidades ou privilégios, na dinâmica de relações sociais múltiplas e imbricadas.

## Referências

---

<sup>48</sup> “[...] l’approche psychanalytique ne peut se contenter de balayer d’un revers de main cette question des identités minoritaires en renvoyant leur étiologie au fantasme.” (AYOUCH, 2018, p. 124)

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. *Signs*, v. 13, n. 3, p. 405-436, 1988. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/3174166](http://www.jstor.org/stable/3174166)>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

AYOUC, Thamy. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, p. 58-70, 2014. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01511348>>. Acesso em 5 de maio de 2019.

AYOUC, Thamy. *Psychanalyse et hybridité: genre, colonialité, subjectivations*. Louvain: Presses universitaires de Louvain, 2018.

BAAS, Bernard; ZALOSZYC, Armand. *Descartes e os fundamentos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

BERENI, Laure; CHAUVIN, Sébastien; JAUNAIT, Alexandre; REVILLARD, Anne. *Introduction aux études sur le genre*. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990/2013.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. Tradução de Alécia Bretas. *Idéias*, v. 7, n. 2, p. 227-248, 1996/2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em 11 de julho de 2019.

BUTLER, Judith. Por uma leitura cuidadosa. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Debates feministas: Um intercâmbio filosófico*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 189-213.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 33, e3344, p. 1-8, jun. 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3344>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/19501>>. Acesso em 12 de março de 2019.

DOWNS, Laura Lee. If woman is just an empty category why am I afraid to walk alone at night. *Comparative Studies in Society and History*, v. 35, n. 2, p. 414-437, abr. 1993.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Tradução de Renata Gonçalves. *Mediações*, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176->

6665.2008v13n1/2p121. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/index>>. Acesso em 2 de abril de 2019.

FALQUET, Jules. Os atuais desafios para o Feminismo materialista. Entrevista com Jules Falquet, por Mirla Cisne e Telma Gurgel. *Revista Temporalis*, Brasília-DF, ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p245-261>. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/indexacoes>>. Acesso em 2 de abril de 2019.

FALQUET, Jules. Entretien avec Jules Falquet: Matérialisme féministe, crise du travail salarié et imbrication des rapports sociaux. Por Oriane Petteni e Sophie Wustefeld, com a colaboração de Jessica Borotto e Alain Loute. *Cahiers du GRM*, v. 10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/grm.839>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/grm/839>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. Tradução de Aléxia Bretas. *Idéias*, v. 8, n. 1, p. 277-293, 1997/2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução de Julio Assis Simões. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>>. Acesso em 1 de setembro de 2016.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIV, 1914/1996. p. 77-108.

HARDING, Sandra. Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic and Scientific Debate. In: HARDING, Sandra. (Org.). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. New York: Routledge, 2004. p. 1-13.

HENNESSY, Rosemary. Queer Visibility in Commodity Culture. *Cultural Critique*, v. 29, p. 31-76, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1354421?seq=1>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe: de la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: BIDET-MORDREL, A. *Les rapports sociaux de sexe*. [S.l.]: Presses Universitaires de France, 2010a. p. 60-75. Disponível em: <<https://www.cairn.info/les-rapports-sociaux-de-sexe--9782130584742-page-60.htm>>. Acesso em 11 de maio de 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, v. 86, p. 93-103, mar. 2010b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005)>. Acesso em 11 de maio de 2019.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949/1998. p. 96-103.

LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/2008

LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972-73/2008

LAPLANCHE, Jean. *Sexual: La sexualité élargie au sens freudien*. 2ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation du rapport entre sexe et genre. In: MATHIEU, Nicole-Claude. *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Donnemarie-Dontilly: Éditions IXe, 1991/2013.

MOLINIER, Pascale. Pénis de tête. Ou comment la masculinité devient sublime aux filles. *Cahiers du Genre*, v. 45, n. 2, p. 153-176, 2008. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2008-2-page-153.htm?contenu=resume>>. Acesso em 11 de maio de 2019.

MOREL, Geneviève. *La loi de la mère: essai sur le sinthome sexuel*. Paris: Ed. Economica, 2008

ROCHEFORT, Florence. *Histoire mondiale des féminismes*. Paris: Que sais-je ? / Humensis, 2018.

ROSE, Jacqueline. *Sexuality in the field of vision*. Londres: Verso, 2005.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 1975/2017. p. 9-61.

RUDER, Maria Cristina Ricotta; BRAUER, Jussara Falek. A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 513-521, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300008>.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722007000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000300008)>. Acesso em 4 de novembro de 2019.

SAEZ, Javier. *Teoria Queer y psicoanálisis*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

STAVRAKAKIS, Yannis. *Lacan and the political*. Londres e New York: Routledge, 1999.

ZARETSKY, Eli. Identity Theory, Identity Politics: Psychoanalysis, Marxism, Post-Structuralism. In: CALHOUN, C. *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford, UK: Blackwell, 1994. p. 198-215.

ZANA, Augusta Rodrigues de Oliveira. *Identidade e diferença na relação com a alteridade*. Dissertação de Mestrado (Teoria Psicanalítica). Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2013. Disponível em: <<https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/Dissertacao-Augusta-Zana.pdf>>. Acesso em 9 de janeiro de 2022.

ZANA, Augusta Rodrigues de Oliveira. *Identidades e posições nas relações sociais em perspectivas feministas: Interrogações à psicanálise a partir de articulações entre materialidade e discurso*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Université de Paris, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica / École Doctorale Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie, 2020. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-03282270>>. Acesso em 9 de janeiro de 2022.

ZANA, Augusta Rodrigues. O. Déconstruction des identités. Du point final au point d'interrogation. *L'Autre*, v.21, p.350 - 355, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3917/lautr.063.0350>. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-l-autre-2020-3-page-350.htm>>. Acesso em 5 de julho de 2021.

Recebido em 27 de setembro de 2021.  
Aprovado em dez. de 2021